

---

**IMPrensa PERIÓDICA LITERÁRIA E  
ESCRITA FEMININA: DUAS “MULHERES  
DE LETRAS” NO EXTREMO-SUL DO BRASIL**

Periodical literary press and feminine writing:  
Two “women of letters” in the extreme south of Brazil

Francisco das Neves Alves<sup>1</sup>

**RESUMO:** O século XIX, em termos sociais, foi marcado pela continuidade das relações patriarcais e da submissão feminina. Essa predominância masculina passou a ser progressivamente contestada, e a escrita feminina constitui um dos mais importantes agentes na propagação deste espírito reivindicatório. Houve a necessidade de resistir e perseverar, com o enfrentamento dos preconceitos e do conservadorismo. Antepondo-se a toda sorte de dificuldades, mulheres escritoras atuaram nos mais diversos lugares do mundo e, no Brasil, se espalharam pelas suas várias regiões, inclusive no extremo-sul. Este trabalho visa a estudar duas destas “mulheres de letras” do Rio Grande do Sul, Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo, que por décadas lutaram através da imprensa, promovendo a causa da igualdade e dos direitos femininos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa; Literatura; Escrita feminina; sul do Brasil.

**ABSTRACT:** The nineteenth century, in social terms, was marked by the continuity of patriarchal relations and feminine submission. This masculine predominance has become progressively contested and female writing is one of the most important agents in the propagation of this claiming spirit. There was a need to resist and persevere with the confrontation of prejudices and conservatism. Faced with all sorts of difficulties, women writers acted in the most diverse places of the world and, in Brazil, spread through its various regions, including in the extreme south. This paper aims to study two of these “women of letters” of Rio Grande do Sul, Julieta de Melo Monteiro and Revocata Heloísa de Melo, who for decades fought through the press, promoting the cause of equality and women’s rights.

**KEY WORDS:** Press; Literature; Feminine writing; South of Brazil.

O século XIX, apesar de ser conhecido pela tendência geral de progresso, trouxe consigo a continuidade e mesmo o agravamento de uma série de mazelas sociais. Uma delas esteve ligada às questões de gênero com a permanência das relações patriarcais, o amplo predomínio do homem e a manutenção da submissão feminina. Tal estrutura permaneceu sólida por

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal do Rio Grande.

muito tempo e deitou raízes na centúria seguinte, de modo que o enfrentamento contra ela foi árduo e preenhe em obstáculos. Dentre os fatores que constituíram tais forças contestatórias esteve a escrita feminina, com mulheres que, em várias partes do mundo, levantaram suas vozes e utilizaram suas penas para denunciar e combater o status quo. Enfrentando todo tipo de resistência, elas persistiram em seus embates por um novo lugar social para a mulher e por relações igualitárias entre os sexos, debatendo e, fundamentalmente, movendo campanhas por meio dos jornais.

Um dos maiores adversários da escrita feminina foi o preconceito, ainda mais por tratar-se de um espaço de vasta preeminência masculina. A própria expressão “homens de letras” tornou-se um verdadeiro lugar comum na identificação dos representantes da intelectualidade do século XIX. É evidente que tal termo leva em conta a palavra “homem” como sinônimo de humanidade, mas também há nela um certo teor reducionista, trazendo em si um fundo de referência ao gênero masculino, quantitativamente predominante no que se refere às lides das letras naquela época. Apesar de tal predomínio, a escrita feminina também se fez presente naquele momento histórico, e a imprensa periódica foi um veículo fundamental para a expressão de tais manifestações. No seio de tais atividades jornalísticas, o periodismo literário foi um daqueles que mais trouxe oportunidades para a difusão da escrita feminina.

Este processo também se desencadeou na conjuntura brasileira, e, no extremo-sul do Brasil, houve, entre tantas outras, duas intelectuais, Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo, que granjearam o reconhecimento de seus pares, divulgando seus textos em variados meios jornalísticos. Mas, além disso, elas mesmas foram responsáveis pela edição de jornais voltados a um público essencialmente feminino e contando com um quadro de redação e colaboração no qual a presença das mulheres foi marcante. Entre 1878 e 1879, Julieta publicou a *Violeta*, experiência breve, mas que atingiu certo impacto, notadamente no que tange ao intercâmbio promovido. Já desde 1883 até a década de 1940, Revocata editou o *Corimbo*, um dos periódicos literários e femininos mais longevos do Brasil. A realização de um breve estudo de caso acerca da ação destas duas “mulheres de letras”, pela causa da igualdade e dos direitos femininos, na segunda metade dos Oitocentos, constitui o objetivo deste trabalho.

Várias destas articuladoras da escrita feminina, apesar de maiores ou menores resistências, acabaram obtendo um determinado reconhecimento, vindo mesmo a ser guindadas à categoria de intelectuais. Tal fator também foi utilizado como uma estratégia nas lutas pelas causas femininas, de modo que a notoriedade no campo da cultura ficava inter-relacionada com o embate político em nome da defesa da mulher. Nesse sentido, suas ações “podem ser compreendidas inteiramente se forem recolocadas no campo ideológico de

que fazem parte”, o qual “exprime, de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político”. Desse modo, em meio às lides literário-culturais, de maneira mais aberta ou velada, se dava o embate em nome dos direitos femininos, ou seja, se estabelecia um “*corpus* constituído no interior do campo ideológico”. Tal *corpus* se insere em um “sistema de relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual”, o qual, “por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder” (BOURDIEU, 2007, p. 184 e 186).

Essas mulheres escritoras levaram em frente uma batalha árdua contra um inimigo que parecia imbatível, vinculado ao conservantismo social predominante. Entre avanços e recuos, a escrita feminina foi ganhando espaço, embora muitas vezes refutada, menosprezada e até ridicularizada, enfrentando, além do preconceito, a tentativa de silenciamento. Era uma época em que o ato de escrever não foi fácil para as mulheres. Por várias vezes, “sua escritura ficava restrita ao domínio privado”, de modo que transformar o escrito em algo público constituía um processo amplamente dificultoso. As escritoras tiveram de enfrentar “o sarcasmo que acompanhava as mulheres que pretendiam ser autoras”. Era uma “fronteira de prestígio difícil de ultrapassar, por causa da resistência em aceitá-las” nestas condições. Além disso, ficavam também demarcadas “as dificuldades de reconhecimento” para que uma mulher conseguisse “transpor a barreira das letras”. Mas não foi um caminho estéril em resultados, pois, “apesar de tudo, as mulheres transpuseram” esses obstáculos, vindo a “conquistar a literatura” (PERROT, 2015, p. 97-9).

No Brasil e sua sociedade tradicionalmente patriarcal, tal processo foi também carregado de óbices, os quais foram bastante intensos no caso do Rio Grande do Sul, com uma formação social em vários aspectos mais conservadora do que no centro do país. Ainda assim, as mulheres escritoras perseveraram, umas legitimando as ações das outras, incentivando e aplaudindo a causa, como fizeram algumas das pioneiras em tais enfrentamentos. Segundo elas, desenvolveu-se uma literatura feminina com “caráter próprio”, graças àquelas que, com “raciocínio, entusiasmo e inspiração”, preferiram viver “pelo cérebro”, tendo mais percepção do que outras que continuavam a se ocupar unicamente “de coisas frívolas” (SABINO, 1899, p. 269-70). Ainda na direção de tal concepção, ficava constituído um momento histórico voltado essencialmente ao incessante trabalho para vencer “os preconceitos ridículos” e “quebrar as algemas do carrancismo” de uma “educação retrógrada, oriunda de um convencionalismo primitivo” (OLIVEIRA, 1907, p. 13-4).

Também de acordo com essas feministas, a escrita feminina espalhou-se de norte a sul do país, quando a mulher venceu a “luta intelectual”, tantas vezes “mais dolorosa e cruel do que as outras”, empenhando-se “pelo seu progresso e levantamento moral” (OSÓRIO, 1924, p. 58-9). Na mesma linha, elas comentavam que foram muitos os “nomes femininos, obscuros uns, conhecidos outros”, que, “dignificando o sexo”, mudaram horizontes (MOURA, 1919, p. 66). Nesse sentido, algumas dessas representantes do sexo feminino estimularam ferrenhas e incessantes campanhas, “revolucionando a sociedade brasileira, opondo uma moderna educação feminina aos costumes arcaicos do passado”. Dessa maneira, consideravam que “as mulheres de responsabilidade social, pela sua posição, pelos seus méritos e dotes intelectuais”, chegaram a formar “uma plêiade considerável” que desmentia “francamente os velhos e repisados preconceitos” sustentados pelos apegados ao conservadorismo (COELHO, 1933, p. 499).

As irmãs Melo, Julieta e Revocata, foram típicas representantes da escrita feminina brasileira dessa época. Ambas tiveram influência nas lides literárias desde o berço, com vários membros da família atuando em tal sentido. Avós, tios, tias, mãe e irmão foram escritores, promovendo em torno das irmãs um ambiente propício ao caminho das letras que marcaria a existência das duas. A mais velha, Revocata Heloísa de Melo, nasceu em Porto Alegre, a 31 de dezembro de 1853, vindo a residir ainda na juventude na cidade portuária do Rio Grande, local onde desenvolveu toda a sua longa carreira, até a morte, em 23 de fevereiro de 1944. Julieta Nativa de Melo era o nome de batismo da outra irmã, — o Monteiro foi acrescido com o casamento, — nascida a 21 de outubro de 1855, naquela urbe marítima, na qual também viveu e escreveu até o falecimento, em 27 de janeiro de 1928. Elas desenvolveram uma parceria única, de modo que suas obras se encontram plenamente integradas, existindo entre ambas “a mais completa identidade” (CESAR, 2006, p. 313).

A vida intelectual das irmãs, como era comum à época, foi múltipla, movendo-se em direções variadas, como a poesia, o conto, a crônica e a dramaturgia. Em termos de produção bibliográfica, Julieta Monteiro publicou *Prelúdios* (1881), *Oscilantes* (1891), *Alma e coração* (1897) e *Terra Sábara* (1928 — edição póstuma). Por sua vez, Revocata de Melo publicou *Folhas errantes* (1882). A parceria das duas era tão constante, que chegaram a publicar conjuntamente *Coração de mãe* (1893), um drama teatral, escrito a quatro mãos e *Berilos* (1911), edição na qual cada uma redigiu uma das duas partes em que se divide a obra, diversificada entre contos e crônicas da lavra das autoras. Ambas também exerceram a docência, atuando como professoras particulares. O ponto alto de suas carreiras, entretanto, foi o jornalismo, no qual militaram, ininterruptamente, desde os

anos 1870 até suas respectivas mortes, colaborando com periódicos de gêneros diversificados, notadamente literários, e editando jornais.

Elas tiveram também uma grande preocupação de cunho social, movendo campanhas pela abolição da escravidura e no sentido de mitigar a pobreza e combater as mazelas sociais. Politicamente, sustentaram uma perspectiva mais liberal, tanto que, após a proclamação da República, filiaram-se à oposição federalista, colocando-se na luta e na resistência contra o modelo autoritário que dominou o Rio Grande do Sul durante décadas, com a ditadura castilhistaborgista. Além disso, a batalha mais incessante movida pelas irmãs Melo foi aquela em prol das transformações na condição social feminina. Em seus livros e nas tantas colaborações publicadas em periódicos, foram recorrentes os textos voltados a defender os direitos das mulheres e situações mais igualitárias nas relações de gênero. Nesse sentido, uma de suas grandes bandeiras foi exatamente aquela que promovia a ideia de que a educação feminina era o único caminho para a obtenção de um novo papel social para a mulher.

A ação das irmãs Melo a favor da causa feminina foi tão constante que elas encontraram amplo reconhecimento em meio às defensoras dos direitos das mulheres e do feminismo. Entre elas, esteve a escritora Andradina de Oliveira que apontou Julieta e Revocata como “duas glórias do Rio Grande do Sul mental” (OLIVEIRA, 1907, p. 27). Outra militante da causa feminista, Maria Lacerda Moura, em uma de suas publicações, refere-se às irmãs, ao tratar das “brasileiras célebres”, apresentando-as como “jornalistas profissionais” atuantes no Rio Grande do Sul (MOURA, 1919, p. 76). Também ativista do feminismo, a escritora portuguesa Ana de Castro Osório, ao discutir a “luta intelectual” das mulheres, considerava as irmãs Melo, “respeitadas e veneradas, como relíquias sagradas”, destacando-as como “jornalistas combativas” e defensoras “dos mais modernos ideais femininos”, e, portanto, constituindo, “um belo exemplo de inteligência progressiva, trabalhando pela elevação e progresso do seu sexo” (OSÓRIO, 1924, 58-9). No mesmo quadro, esteve ainda a escritora engajada com o ideal feminista Mariana Coelho, que qualificava Revocata e Julieta como “intelectuais distintas”, as quais colocaram seu “valioso préstimo moral e intelectual” ao serviço das “mais nobres causas”, vindo a ser “conhecidas até além das fronteiras do seu país”, por meio da “elevação de ideias” em direção à meta de promover o “progresso do feminismo” (COELHO, 1933, p. 512-3 e 541).

Foi junto à imprensa que as irmãs Melo tiveram mais destaque, estimulando as interfaces entre a escrita feminina e o jornalismo literário e cultural. Nas décadas finais do século XIX, a imprensa feminina cresceu quantitativa e qualitativamente no Brasil (BUITONI, 2009, p. 30-2), quando “várias mulheres fundam jornais”, os quais visavam a “esclarecer as leitoras,

dar informações” e mesmo “fazer reivindicações objetivas” (TELLES, 2015, p. 426). Além dos periódicos femininos propriamente ditos, houve também a inter-relação entre estes e a imprensa literária, uma vez que a “imprensa feminina nasceu sob o signo da literatura” (BUITONI, 1986, p. 22). Estas “mulheres escritoras” não estavam “isoladas uma das outras, mas, pelo contrário”, formavam “uma espécie de rede feminina” a qual mantinha vínculos com todo o país, e os periódicos foram o “ponto de encontro dessa rede”. A isso se somava o fato de que havia uma “colaboração mútua entre os diversos periódicos”, e este foi “um dos aspectos da solidariedade” que parecia unir tais mulheres (SOARES, 1980, p. 145-146).

Além das tantas colaborações espalhadas por publicações sul-rio-grandenses, brasileiras e mesmo estrangeiras, as irmãs Melo foram editoras de periódicos nos quais houve essa plena conexão entre o literário e o feminino. Julieta Monteiro fundou na cidade do Rio Grande a *Violeta*, que se apresentava como “periódico literário, crítico e instrutivo” e constituiu uma proposta breve no cronológico, uma vez que sua circulação durou por um período de pouco mais de um ano, entre 1878 e 1879. Este jornal trazia em suas páginas prosa, poesia e crítica, além de uma volumosa correspondência. A peculiaridade dessa folha é que, além da redação, suas colaboradoras e seu público alvo eram as mulheres. Ainda que pouco duradoura, a *Violeta* desenvolveu forte intercâmbio, com a troca de exemplares no que tange a edições de outros lugares, em uma rede que atingiu todo o âmbito estadual, bem como várias regiões brasileiras e até mesmo o contexto mundial.

Menos de um lustro depois, foi a vez de Revocata de Melo lançar um periódico literário que serviu em larga escala para a difusão da escrita feminina. Como a *Violeta*, o novo jornal também tinha uma inspiração floral no título — *Corimbo* — trazendo o sentido de uma inflorescência. Tal publicação foi um fenômeno em termos de duração, pois, apesar de alguns momentos de interrupção, circulou entre 1883 e 1944. Ainda que a orientação e grande parte da colaboração do periódico fossem de origem feminina, em suas páginas também ocorreu a inserção de textos escritos por homens. Ao longo de sua longa existência, a folha teve diversos formatos, bem como a periodicidade que variou entre semanal, quinzenal e mensal. O norte editorial da folha era a matéria literária em prosa e verso, mas também publicava notícias, opiniões, críticas, entretenimento e matérias sobre modas. O *Corimbo* constituiu um espaço fundamental para a causa feminina e suas páginas trouxeram a colaboração de algumas das mais importantes militantes do movimento feminista da época. O intercâmbio promovido pelo jornal também foi expressivo, tanto pela troca de exemplares, como pela rede de inter-relações estabelecida entre vários escritores e mesmo para com os leitores.

A simbiose cultural entre as irmãs Melo era tão marcante que na *Violeta* Julieta era a proprietária e redatora, ao passo que Revocata foi a mais recorrente das colaboradoras. No caso do *Corimbo*, ocorria o contrário, ficando Revocata com o gerenciamento e a redação, enquanto Julieta permanecia na colaboração até 1898, quando o nome de ambas aparecia no cabeçalho da folha como responsáveis pela redação. A partir da edição da *Violeta* e principalmente do *Corimbo*, bem como através da colaboração em outros periódicos e da publicação de livros, as irmãs Melo conquistaram significativo prestígio e renome em termos regionais e nacionais, com reflexos inclusive no plano internacional. A partir de tal reconhecimento, suas opiniões passaram a ser balizadoras de diversas causas, notadamente no campo social e político. Nesse sentido, Julieta Monteiro e Revocata de Melo agiram como típicas representantes da intelectualidade de sua época.

Os intelectuais colocam-se em condições de intervir em outros campos de atuação, “em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural que chegou a um alto nível de independência em relação aos poderes”. Nessa linha, o intelectual torna-se “um ser paradoxal”, a partir da alternativa entre “autonomia e engajamento”, uma vez que sua existência se dá, “historicamente, na e pela superação dessa oposição”. Além disso, ele é “uma personagem bidimensional, que não existe e não subsiste como tal a não ser que (e apenas se) esteja investido de uma autoridade específica”, a qual é “conferida por um mundo intelectual autônomo”, agindo até mesmo com certa autonomia em relação aos “poderes religiosos, políticos e econômicos” (BOURDIEU, 1996, p. 150 e 370). De acordo com tal perspectiva, torna-se fundamental “a representação que os intelectuais possuem do mundo social” e a função por eles desempenhada neste mesmo mundo. A meta essencial é o convencimento do público, uma vez que o “campo intelectual” está incluso “em um campo de poder”, implicando em um “*habitus* socialmente constituído”, o qual possibilita ao intelectual “ocupar as posições que lhe eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual”, bem como “adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas vinculadas a estas posições” (BOURDIEU, 2007, p. 185, 188 e 190).

No século XIX, essa ação social do intelectual se refletia essencialmente por meio das páginas da imprensa. Nessa época, escrever nos periódicos era “uma ocupação reservada a literatos que entendiam os jornais e as revistas como espaços públicos de opinião”, de maneira que tal ato constituía “uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicar ideias, de divulgar obras”, ou ainda, “de defender ideologias, de travar polêmicas diversas, enfim, de participar ativamente na construção da esfera pública” (PEIXINHO, 2010, p. 427). Ocorria, assim, uma inter-relação entre o “campo jornalístico” e os “campos de produção cultural”, por meio de uma

“intervenção de produtores culturais situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados”. Desse modo, “esses ‘intelectuais-jornalistas’” passavam a servir-se “de seu duplo vínculo para esquivar as exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro”, ficando em condições “de exercer dois efeitos principais”, ou seja, promover “formas novas de produção cultural” e fazer valer “seus julgamentos críticos” e “princípios de avaliação”, ratificados a partir de uma suposta “autoridade intelectual” (BOURDIEU, 1997, p. 111).

Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro constituíram muito a contento esta figura do “intelectual-jornalista”. Por meio de dedicatórias, citações, correspondências e avaliações acerca de obras, elas estabeleceram uma malha que entrelaçou escritores e leitores de vários lugares do Brasil e do mundo. Suas ações culturais também foram exaltadas nas páginas de diversos periódicos nacionais e estrangeiros. Na preparação de edições especiais alusivas a datas cívicas ou personagens, em meio a uma maioria de escritores homens, Julieta e Revocata se faziam presentes. A atuação delas como colaboradoras ou mesmo os anúncios acerca das folhas que gerenciaram ou dos livros que publicaram traziam seus próprios nomes como um indicativo de qualidade. A partir desse reconhecimento intelectual, as irmãs Melo levantaram diversas bandeiras e uma das mais importantes foi a voltada à condição feminina.

A igualdade, os direitos da mulher e a educação feminina foram temas recorrentes pelos quais as “intelectuais-jornalistas” intentaram o convencimento público. Essas batalhas refletiam um dos cerne da escrita feminina e foram travadas por meio de contos, crônicas, dramas e poemas, mas também por uma atuação mais vibrante nas páginas dos jornais. Embora as irmãs Melo não chegassem a promover um jornalismo panfletário, optando por um estilo normalmente mais moderado, elas não pouparam esforços para promover a ideia de que, mesmo sem deixar de lado sua vida familiar, as mulheres poderiam conquistar uma nova função social, notadamente a partir de uma educação mais apurada. Tal ação pode ser exemplificativamente demonstrada, na forma de estudos de caso, através de alguns dos textos publicados na *Violeta* e de uma intensa campanha da causa feminina defendida nas páginas do *Corimbo* entre 1891 e 1892.

Nesse sentido, a redação da *Violeta* publicou “A educação da mulher” (VIOLETA, Rio Grande, 20 abr. 1879, a. 2, n. 45, p. 2), breve artigo, considerado como ideal para atender “ao tamanho de nosso jornalzinho”. De acordo com o texto, era na educação feminina que estava “uma das principais, senão a primeira das bases de nossa felicidade”. Revelando o tom combativo, a redação explicava que “não somos do número daquelas pessoas que julgam a mulher apenas apta para o serviço doméstico”,

contrariando ao que “algumas penas assaz abalizadas” vinham julgando. Havia também a ressalva da discordância para com uma “educação exclusivamente literária”, com a proposta de um “meio termo”, o qual seria “o melhor método a seguir”. Nessa linha, a proposta era a conciliação entre os afazeres domésticos e a instrução, uma vez que o estudo seria “sempre útil”. Explicitando mais uma vez o embate, ficava demarcado o descrédito para com aqueles que não defendiam a educação feminina, sob a alegação de que parecia incrível que houvesse pessoas que dissessem “não saber para o que servem as letras”.

Na mesma edição, tal texto era corroborado pela publicação de um poema intitulado “O estudo” (MELO, 20 abr. 1879, p. 4). Nos versos ficava reforçada a proposta de que as mulheres deveriam procurar a luz das letras, em substituição a outros afazeres mais fúteis, de modo que, pela instrução, obtivessem um novo papel social:

É no estudo apurado das letras  
Que a mulher procurar deve a luz,  
Não nos bailes, nas salas festivas  
Onde a louca vaidade transluz.

Estudar é buscar um futuro  
Nobre, santo, querido por Deus,  
Estudar é buscar no trabalho  
Desvendar das ciências os véus.

Estudai, pois ó flores singelas  
Meigas virgens que em trevas viveis,  
Que áureo prêmio de vossos trabalhos  
No saber muito breve achareis.

Como uma das principais colaboradoras da *Violeta*, Revocata de Melo publicou em suas páginas o evocativo texto “A mulher e seus direitos” (MELO, 1. jun. 1879, p. 1-2). Demarcando o pensamento moderado que orientou a postura das irmãs Melo, Revocata não deixou de enfatizar as ligações da mulher com as questões domésticas, entretanto, comentava que aquele “anjo do lar” também nascera “para grandes cometimentos”. De acordo com tal perspectiva, a escritora defendia que entre as mulheres “o espírito pode alar-se e a ideia rebentar cintilante, sublime e grandiosa”, uma vez que “o gênio, esse meteoro deslumbrador, desconhece os sexos”, e, “desde a antiguidade, enquanto fonte feminil, tem ele derramado suas brilhantes fagulhas”. Novamente era levantada a bandeira da educação feminina, sob a argumentação de que “a mulher por meio do estudo e das

letras” poderia buscar “a ilustração, a ciência e o dourado pomo da sabedoria, aclarando o espírito e desterrando a ignorância”.

Nesse mesmo artigo, Revocata defendia que a mulher que se dedicasse ao estudo seria “mais digna de louvores e de admiração que o homem”. A escritora voltava a destacar que a mulher não precisava afastar-se “dos labores do lar” para educar-se, podendo ultrapassar a “luta no estreito âmbito da esfera doméstica”, de modo a “dar amplo espaço às suas aspirações de glória”. Na opinião da articulista, era “errôneo o pensar e até dizer que a mulher dada às letras” faltava “aos deveres domésticos” e para corroborar seu pensamento, destacava o caso de uma senhora que, apesar de todos os cuidados com a família, “não deixou por isso de estudar, procurar livros científicos, e, no silêncio das noites, ilustrar seu espírito”. Revocata valorizava tal atitude, ainda mais que, quando as filhas de tal senhora “chegaram à idade do conhecimento”, puderam contar com a mãe como mentora, trazendo-lhes “o amor pela literatura” e “bons e proveitosos livros”, além da própria “educação doméstica”. O espírito de reivindicação, ainda que mediado pela moderação, ficava expresso na frase de fechamento do texto: “Deixem-nos, pois, hastear nosso estandarte, soltarmos o grito não da rebelião, nem da revolta anarquista, mas sim de apelo ao templo de Minerva, à luta em prol de nossos direitos”.

Nas páginas do *Corimbo* o combate em nome de uma nova condição social para a mulher foi constante. Entre março de 1891 e março de 1892, sob a redação e gerência de Revocata de Melo, a irmã Julieta publicou consecutivas colaborações acerca do tema, chegando a gerar debates quanto às questões por ela defendidas. Nessa linha, foi publicado o artigo denominado “Duas faces” (MONTEIRO, 29 mar. 1891, p. 1), segundo o qual havia “duas formas inteiramente opostas de educar a mulher”, ou seja, “mostrando-lhe todos os horrores do mundo, todas as perversidades de que é capaz o homem”, ou, por outro lado, “cobrindo-a com denso véu, sempre que tiver de enfrentar as misérias que a sociedade” apontava diariamente. A autora buscava adotar uma postura medianeira, demonstrando os prós e contras de cada uma das formas de instruir as meninas, e propondo que elas não fossem deixadas na plena escuridão, mas que também não fossem expostas a toda hediondez. Revelando abertura em relação a outros pensamentos, a articulista pedia opiniões quanto ao tema, uma vez que, para ela, seria “tão grato o aprender”.

O artigo de Julieta Monteiro trazia a necessidade de educar as meninas como uma condição *sine qua non* na formação das mulheres e o tema foi complementado por uma transcrição publicada no *Corimbo* defendendo abertamente a questão da “educação da mulher”. As estratégias para promover a educação feminina acabaram por transformar-se em assunto de debate, promovido em meio às páginas do periódico, com a participação

de dois escritores rio-grandenses, os poetas e jornalistas Tito Canarim e Cipriano Porto Alegre. A resposta de Julieta foi expressa por meio do artigo “Ainda a educação da mulher” (MONTEIRO, 5 abr. 1891, p. 1-2; 12 abr. 1891, p. 1-2; 19 abr. 1891, p. 1-2 e 3 maio 1891, p. 1), no qual ela ponderava sobre as posições dos citados articulistas, o primeiro contrário e o segundo favorável às suas ideias e vindo a concluir que preferia manter a formação das meninas o mais afastada possível dos vícios, mas sem abandonar a perspectiva da necessidade da instrução feminina.

Como o debate permaneceu, Julieta Monteiro lançou argumentos com maior veemência no texto “Respondendo ao artigo” (MONTEIRO, 17 maio 1891, p. 1), no qual reiterava que preferia ver a educação das meninas sem a necessidade de um contato maior com os vícios e chagas da sociedade. A escritora reagia à argumentação de que “no cenário da vida”, a mulher poderia ser “apenas boa filha, esposa ou mãe”, destacando que tal “trilogia” tinha representatividade para ela, mas estaria bem longe de limitar “à mulher a esse círculo, onde é certo, deseja vê-la, grande ou a maior parte do sexo varonil”. Ela se opôs frontalmente à dedução de seu oponente de que preferia “a mulher ignorante”, vindo a afirmar que queria a mulher “educada, instruída, ilustrada, identificada com as evoluções do progresso humano”, bem como “seguindo o caminho do século e participando das glórias e dos infortúnios do homem”.

Ainda houve outros dois artigos dos contendores, com a deposição de armas do polemista que antagonizava com Julieta. Mas a escritora não se mostrou satisfeita e, novamente de forma enfática, publicou o artigo “Ainda e sempre” (MONTEIRO, 24 maio 1891, p. 1-2 e 31 maio 1891, p. 1-2). No texto, a escritora fazia uma exortativa defesa da condição feminina, não aceitando que seu antagonista usasse expressões como “vence porque é delicada, porque é mulher, porque não nos animamos a prosseguir”, diante do que reagia, declarando que rejeitava “a vitória oferecida”, pois, se tivesse “pretensões ao triunfo”, desejaria “obtê-lo pela razão”. A resposta de Julieta Monteiro trazia em si uma defesa peremptória da mulher, afirmando que não queria, como supunha seu rival, “divinizar o nosso sexo”, argumentando que, caso as mulheres tivessem a vaidade de que eram acusadas, poderiam ter por base as homenagens recebidas “pela palavra, pela pena e pelo coração” dos homens. Fazendo referências quanto à visão de certas nacionalidades para com o papel da mulher, Julieta concluía que preferia vê-la “grande, digna e exemplar”.

Na virada de 1891 para 1892, o *Corimbo* publicou em partes o texto de Julieta de Melo Monteiro intitulado “A mulher” (MONTEIRO, 20 dez. 1891, p. 1-2 e 20 mar. 1892, p. 1). O artigo trazia em si uma síntese do pensamento defendido pelas irmãs Melo em torno da luta pela educação e emancipação feminina. Na abertura do texto, a autora opinava que “a mulher

tem sido, é, e será sempre o assunto predileto do homem”, fosse de maneira positiva ou negativa. Nesse sentido, afirmava que “quer endeusando-a, quer emprestando-lhe defeitos que está longe de possuir”, muitas eram “as penas que diariamente aparecem para descrevê-la”. Segundo Julieta, tais percepções tratavam da missão feminina junto ao lar e davam “justo ou errôneo parecer sobre as habilitações e empresas concernentes ao seu sexo”. A jornalista rio-grandense destacava ainda que “grande parte dos homens, e especialmente aqueles cujo espírito não tem o necessário desenvolvimento”, se posicionavam “pela decantada trilogia *filha, esposa e mãe*”.

No artigo, Julieta Monteiro assumia uma postura de combate, ao afirmar que aqueles que pretendiam atribuir à mulher única e exclusivamente as funções domésticas, não poderiam e não queriam “concordar que esse ente apelidado de fraco”, pudesse “desempenhar no vasto cenário do mundo um papel igual e até muitas vezes superior” ao do homem. Ela se referia a um livro editado em 1868, cuja autoria era indicada pelas iniciais A. R. T. S, e citava “a autora do *Tratado da emancipação da mulher e direito de votar*”, ao dizer que era “uma arrogância do homem pensar que a cabeça feminina não pode rivalizar com a dele”. De acordo com Julieta, essa seria uma premissa incontestável e, para corroborar com a tese, destacava que “a história de todos os tempos” mostrava “um sem número de exemplos da capacidade intelectual da mulher”, havendo casos “que se repetiriam diariamente, se fossem outros os elementos” à disposição das mulheres. A tal respeito, a escritora discorria sobre um de seus temas preferidos, alegando que a educação feminina vinha sendo até então “cruelmente descurada”, bem como a “liberdade de proceder na sociedade” de parte da mulher, vinha encontrando “sempre as mais rigorosas peias, especialmente no nosso país”.

A jornalista opinava ainda que não lhe parecia haver razão para aquele tratamento em relação às mulheres e saudava o fato de ver que ao seu lado batalhavam “grandes espíritos, que lutam em prol da educação e emancipação da mulher”. Na concepção da escritora, tal qual o homem, a mulher tinha direitos e poderia pensar e agir como ele. Para comprovar suas asseverações, Julieta Monteiro citava vários autores, como o pensador francês Condorcet, e os britânicos Godwin e Benthan, considerados como “ilustres democratas europeus” que “reconheceram o direito da mulher”. Na mesma direção, ela afirmava também que “os mais alevantados talentos da Alemanha, França e Inglaterra” concordavam “na igualdade de inteligência entre os dois sexos”. Diante disso, Julieta exclamava: “Deixem-na, pois, dar livre curso às suas ideias: trabalhar e pensar por si”. Voltando à estratégia das citações, sem explicitar a autoria, ela destacava que “uma ilustrada pena” teria escrito que, “enquanto a mulher subsistir somente pelo trabalho do marido”, a sua condição seria “sempre triste”, estando sem representação na

sociedade e “sempre exposta e maltratada especialmente pela classe dos homens pouco ilustrados”.

Em clara alusão à sua profissão, Julieta Monteiro lembrava nomes de jornalistas que tinham se destacado no contexto internacional e, diante de tal cenário, questionava como se poderia “negar à mulher influência nos grandes cometimentos internacionais”. Segundo a autora, “os homens, especialmente aqueles cujo espírito é um foco de ilustração”, deveriam “antes animar a mulher a que estude, eduque-se, ilustre-se”, de modo que assim pudesse “ocupar na sociedade o lugar” que a ela competia, ao invés de “estar procurando desprestigiá-la, rindo dessa ignorância cruel”, que, para a escritora era incompatível com o “século de Victor Hugo, o século das luzes”. Julieta reconhecia que “a mulher brasileira, quase que no geral, pertence ao número daquelas” que desconhecia, em termos literários, as “glórias de seu florescente país”, mas imputava a culpa de tal situação aos homens. Na sua percepção, “a maior soma de responsabilidade dessa fatal cegueira, dessa calamitosa treva”, na qual a mulher tateava, cabia “incontestavelmente ao homem”.

Nessa perspectiva, a colaboradora do *Corimbo* defendia que, ao invés de condená-la à ignorância, ao homem cabia “mostrar a luz” para a mulher, e para tanto não seria “necessária nenhuma luta titânica”, uma vez que “a mulher é inteligente e, convenientemente educada”, poderia “estar sempre a par do homem no grande convívio social”. Mais uma vez recorrendo aos dizeres de um intelectual, no caso o político, jornalista e escritor pernambucano Joaquim Nabuco, apontado pela escritora como “cabeça gigante” e “talento adorável”, citava suas palavras, ao afirmar que “a posição da mulher na vida moderna” tendia “a rivalizar com a do homem”, pois “a indústria não conhece sexos”, bem como “inteligência, aptidão, honestidade” eram “grandes qualidades de operário que a mulher” possuía “em elevado grau”. Ao concluir o artigo, Julieta Monteiro optava novamente pela citação, desta vez oriunda dos dizeres do escritor português Augusto Emílio Zaluar, apontado pelo epíteto de “inolvidável pena do poeta das *Revelações*”, o qual traçara “em caracteres de ouro esta grande verdade: *Procurar instruir os homens, e deixar na ignorância as mulheres, é um erro e um crime*”.

Tal conjunto de textos constitui apenas uma brevíssima amostragem, sem deixar de ser representativo do universo de manifestações expressas nas páginas da *Violeta* e do *Corimbo* em nome da causa feminina. Essa amostra parte do pressuposto de que “somente uma análise estrutural dos sistemas de relações que definem um determinado estado do campo intelectual pode imprimir eficácia” ao estudo, já que lhe fornece “os princípios de uma seleção de fatos capaz de levar em conta suas propriedades mais pertinentes, isto é, suas propriedades de posição” (BOURDIEU, 2007,

p. 186). Ao divulgar tais matérias na redação dos periódicos por elas mantidos, as irmãs Melo, na condição de “intelectuais-jornalistas”, atuaram como articuladoras do ideário em torno de uma nova condição social para a mulher, promovendo o debate e a difusão dessas ideias, em plena interação da escrita feminina para com os campos literário-cultural e político-ideológico.

Dessa maneira, os artigos que compõem tal amostragem não são aleatórios em relação à própria conjuntura histórica e, pelo contrário, estão plenamente inter-relacionados com ela. Os textos editados em 1879 correspondiam a uma época na qual havia a afirmação de um pensamento contestador, inclusive quanto às instituições, como a escravatura e a até a própria monarquia. De acordo com tal perspectiva reivindicatória, a *Violeta* tornou-se espaço para a luta pela educação feminina, como estratégia para o surgimento de uma nova mulher. Mais tarde, o outro conjunto de matérias, publicadas entre 1891 e 1892 são concernentes ao momento histórico de ascensão da República, a qual trouxe consigo algumas esperanças de transformações, notadamente no campo social. Mas as expectativas foram frustradas, pois as estruturas da sociedade permaneceram intocadas. Muitas das escritoras chegaram a imaginar uma nova condição social para a mulher, a partir da mudança da forma de governo, mas o sonho foi frustrado, diante da permanência das relações patriarcais de submissão feminina. Na época da constituinte republicana chegou a ser pleiteada uma maior participação política da mulher, o que também não foi confirmado, vindo a ser negada na constituição promulgada em 1891 até mesmo a possibilidade do voto feminino. Diante disso, houve nas páginas do *Corimbo* um acirramento do embate em torno da busca de mudanças na função social da mulher.

Assim, esta breve amostragem reflete em si a ação das irmãs Melo nas lides jornalísticas e como intelectuais, levando em frente uma bandeira. Nessa linha, a amostra apresentada buscou trazer certas “características pertinentes”, relacionadas com um “sistema explicativo capaz de elucidar cada obra em sua singularidade”, ao abordar “um campo ideológico que corresponde a um determinado estado da estrutura do campo intelectual” (BORDIEU, 2007, p. 187). Tantos outros textos vieram ao encontro dos aqui destacados, ainda mais no caso do *Corimbo*, cuja existência avançou pelas quatro primeiras décadas do século XX, transformando-se tal periódico “em uma espécie de caixa de ressonância do movimento feminista brasileiro”, pois, “além da produção local”, publicava “artigos das mais variadas origens em defesa da mulher”, registrando “os acontecimentos importantes nessa área” (SOARES, 1980, p. 146). Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo, na condição de “mulheres de letras” e como “intelectuais-jornalistas”, conquistaram um protagonismo em termos de escrita feminina e atuaram em prol de uma transformação no status social das mulheres,

partindo do extremo-sul brasileiro, mas contribuindo decisivamente na difusão de tal ideário além das fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 99-120.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3. ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Corag, 2006.

COELHO, Mariana. *Evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933.

MELO, Revocata de. A mulher e seus direitos. *Violeta*, Rio Grande, ano 2, n. 49, p. 1-2, 1. jun. 1879.

\_\_\_\_\_. O estudo. *Violeta*, Rio Grande, ano 2, n. 45, p. 4, 20 abr. 1879.

MONTEIRO, Julieta de Melo. A mulher. *Corimbo*, Rio Grande, ano 8, n. 61, p. 1-2, 20 dez. 1891.

\_\_\_\_\_. A mulher. *Corimbo*, Rio Grande, ano 8, n. 72, p. 1, 20 mar. 1892.

\_\_\_\_\_. Ainda a educação da mulher. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 24, p. 1-2, 5 abr. 1891.

\_\_\_\_\_. Ainda a educação da mulher. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 25, p. 1-2, 12 abr. 1891.

\_\_\_\_\_. Ainda a educação da mulher. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 26, p. 1-2, 12 abr. 1891.

\_\_\_\_\_. Ainda a educação da mulher. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 28, p. 1, 3 maio 1891.

\_\_\_\_\_. Ainda e sempre. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 31, p. 1-2, 24 maio 1891.

\_\_\_\_\_. Ainda e sempre. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 32, p. 1-2, 31 maio 1891.

\_\_\_\_\_. Duas faces. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 23, p. 1, 29 mar. 1891.

\_\_\_\_\_. Respondendo ao artigo. *Corimbo*, Rio Grande, ano 7, n. 30, p. 1, 17 maio 1891.

MOURA, Maria Lacerda de. *Renovação*. Belo Horizonte: Tipografia Athene, 1919.

OLIVEIRA, Andradina de. *A mulher rio-grandense – escritoras mortas*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1907.

OSÓRIO, Ana de Castro. *A grande aliança (a minha propaganda no Brasil)*. Lisboa: Tipografia Lusitana, 1924.

PEIXINHO, Ana Teresa. Escritores e jornalistas: um estudo de caso. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 423-36.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

SABINO, Inês. *Mulheres ilustres do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1899.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (org.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980. p. 121-50.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 401-42.

Data de recebimento: 24 de janeiro de 2018

Data de aprovação: 30 de abril de 2018